

**ENTRE POSTS, LIKES E SINTOMAS: O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NO
AUTODIAGNÓSTICO DE TDAH E TEA**

**BETWEEN POSTS, LIKES AND SYMPTOMS: THE IMPACT OF SOCIAL MEDIA ON
THE SELF-DIAGNOSIS OF ADHD AND ASD**

**ENTRE PUBLICACIONES, ME GUSTA Y SÍNTOMAS: EL IMPACTO DE LAS REDES
SOCIALES EN EL AUTODIAGNÓSTICO DEL TDAH Y EL TEA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n10-181>

Data de submissão: 18/09/2025

Data de publicação: 18/10/2025

Letícia Furtado dos Santos

Graduanda em Psicologia

Instituição: Fundação Hermínio Ometto (FHO)

E-mail: leeticia.fsantos@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-6998-6241>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8706770155100803>

Sabrina Lucas Batista

Graduanda em Psicologia

Instituição: Fundação Hermínio Ometto (FHO)

E-mail: lbatista.sabrina@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-0848-2825>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7131974736268653>

Ana Paula Medeiros

Doutora em Psicologia

Instituição: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: paula.medeiros@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3017-9406>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2404531354400179>

RESUMO

A partir da popularização da internet e da ampla difusão de conteúdos sobre saúde mental, especialmente após a pandemia de COVID-19, observou-se o crescimento de práticas de autodiagnóstico baseadas em informações compartilhadas nas plataformas digitais. Diante disso, o presente estudo investigou o impacto das redes sociais na percepção e no autodiagnóstico dos transtornos do espectro autista (TEA) e do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). O estudo, de caráter social descritivo e abordagem quantitativa, foi realizado por meio de questionário online aplicado a 113 participantes, maiores de 18 anos, usuários de redes sociais por pelo menos uma hora diária. Embora não seja a maioria dos respondentes, os dados apontaram para um número elevado de participantes que afirmou realizar o autodiagnóstico, embora a maioria reconheça que as informações fornecidas pelas rede sociais não são suficientes para tal finalidade. Termos como “hiperfoco”, “déficit de atenção” e “hiperatividade” são amplamente utilizados, revelando a incorporação de conceitos técnicos ao discurso cotidiano. A maioria acredita que a exposição constante a conteúdos sobre TEA e TDAH pode levar à interpretação equivocada de comportamentos comuns como sintomas,

considerando também que as redes sociais contribuem para a banalização desses transtornos. Conclui-se que, embora as redes sociais possam auxiliar na disseminação de informações sobre saúde mental, a forma simplificada e descontextualizada com que o conteúdo é apresentado favorece o autodiagnóstico e reforça estigmas, ressaltando a importância da avaliação multiprofissional e da responsabilidade ética na divulgação de informações psicológicas.

Palavras-chave: Autodiagnóstico. Redes Sociais. Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade. Transtorno do Espectro Autista. Psicologia.

ABSTRACT

With the popularization of the internet and the widespread dissemination of mental health content, especially after the COVID-19 pandemic, there has been a rise in self-diagnosis practices based on information shared on digital platforms. Therefore, this study investigated the impact of social media on the perception and self-diagnosis of autism spectrum disorders (ASD) and attention deficit hyperactivity disorder (ADHD). The study, which was socially descriptive and quantitative in nature, was conducted through an online questionnaire administered to 113 participants, all over 18 years of age, who used social media for at least one hour daily. Although not the majority of respondents, the data indicated that a high number of participants reported self-diagnosis, although most acknowledge that the information provided by social media is insufficient for this purpose. Terms such as "hyperfocus," "attention deficit," and "hyperactivity" are widely used, revealing the incorporation of technical concepts into everyday discourse. Most believe that constant exposure to content about ASD and ADHD can lead to the misinterpretation of common behaviors as symptoms, and also consider that social media contributes to the trivialization of these disorders. The conclusion is that, although social media can help disseminate information about mental health, the simplified and decontextualized way in which the content is presented encourages self-diagnosis and reinforces stigmas, highlighting the importance of multidisciplinary evaluation and ethical responsibility in the dissemination of psychological information.

Keywords: Self-diagnosis. Social Media. Attention Deficit Hyperactivity Disorder. Autism Spectrum Disorder. Psychology.

RESUMEN

Con la popularización de internet y la amplia difusión de contenido sobre salud mental, especialmente tras la pandemia de COVID-19, se ha observado un aumento en las prácticas de autodiagnóstico basadas en la información compartida en plataformas digitales. Por lo tanto, este estudio investigó el impacto de las redes sociales en la percepción y el autodiagnóstico de los trastornos del espectro autista (TEA) y el trastorno por déficit de atención e hiperactividad (TDAH). El estudio, de naturaleza socialmente descriptiva y cuantitativa, se realizó mediante un cuestionario en línea administrado a 113 participantes, todos mayores de 18 años, que utilizaban las redes sociales durante al menos una hora diaria. Si bien no representan la mayoría de los encuestados, los datos indicaron que un alto número de participantes reportó autodiagnóstico, aunque la mayoría reconoce que la información proporcionada por las redes sociales es insuficiente para este propósito. Términos como "hiperconcentración", "déficit de atención" e "hiperactividad" son ampliamente utilizados, lo que revela la incorporación de conceptos técnicos en el discurso cotidiano. La mayoría cree que la exposición constante a contenido sobre TEA y TDAH puede llevar a la interpretación errónea de comportamientos comunes como síntomas, y también considera que las redes sociales contribuyen a la trivialización de estos trastornos. La conclusión es que, si bien las redes sociales pueden ayudar a difundir información sobre salud mental, la forma simplificada y descontextualizada en que se presenta

el contenido fomenta el autodiagnóstico y refuerza los estigmas, lo que resalta la importancia de la evaluación multidisciplinaria y la responsabilidad ética en la difusión de información psicológica.

Palabras clave: Autodiagnóstico. Redes Sociales. Trastorno por Déficit de Atención e Hiperactividad. Trastorno del Espectro Autista. Psicología.

1 INTRODUÇÃO

A popularização da internet, nos anos 1990, facilitou e tornou mais rápida a comunicação entre as pessoas, permitindo que elas compartilhassem informações e ideias de diferentes locais e a qualquer momento. Essa forma de comunicação, mediada pelos computadores conectados em uma rede, originou então as redes sociais (Vasconcelos; Brandão, 2013).

Uma rede social online pode ser entendida como um ambiente virtual onde indivíduos com interesses em comum se conectam, estabelecendo relacionamentos pessoais e profissionais, e, por meio da comunicação, constroem redes de informação (Zenha, 2018). Esse conceito de rede social online evolui ao longo do tempo, abrangendo não só a interação pessoal e profissional, mas também o compartilhamento de informações e conteúdo em diversas formas.

Segundo Garton, Haythornthwaite e Welman (1997), assim como uma rede de computadores é formada por máquinas e cabos conectados que compartilham recursos e informações, uma rede social online é composta por indivíduos, grupos ou organizações que se conectam por meio de relações sociais, compartilhando interesses, objetivos e necessidades em comum. Essas redes desempenham um papel crucial na propagação de informações e na formação de opiniões.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2024, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025a), cerca de 93,6% dos domicílios (74,9 milhões) no Brasil utilizam a internet. Esse dado evidencia a relevância da internet no cotidiano da população brasileira e reforça o papel central das redes sociais nesse contexto. Além disso, um estudo realizado pela Comscore e divulgado pela Forbes aponta que o Brasil é o terceiro maior consumidor de redes sociais no mundo, com YouTube (96,4%), Facebook (85,1%) e Instagram (81,4%) como as mais acessadas, seguidas por TikTok, Kwai e Twitter (Pacete, 2023).

O Globo, utilizando o mesmo levantamento da Comscore, demonstra que, até o final de 2022, o tempo gasto pelos brasileiros nas redes sociais aumentou 31%, chegando a 356 bilhões de minutos. Isso significa que, em média, cada usuário passou 46 horas nas redes sociais apenas em dezembro de 2022 (Veloso, 2023). À vista disso, entende-se que as redes sociais facilitaram o acesso a informações online e a comunicação entre os usuários, o que contribuiu para o crescimento significativo do autodiagnóstico entre as pessoas (Salgado; Rezende; Reis, 2021).

A pandemia de COVID-19 colaborou para que grande parte das psicólogas migrassem para plataformas online, incluindo as redes sociais como forma de se promoverem profissionalmente, compartilhando conteúdos de saúde mental por meio de estratégias para aumentar seus acessos e seguidores. Dentre os assuntos abordados, os transtornos mentais são o tópico mais popular entre os interessados (Lima; Arruda, 2023).

Segundo Freud (2011), um grupo de pessoas forma uma espécie de alma coletiva, que as faz sentir, pensar e agir de maneira semelhante, de forma diferente do que fariam se estivessem sozinhas. Dessa forma, ao estarem em um grupo, as características individuais dos membros se dissipam, fazendo com que sua particularidade desapareça.

Nas redes sociais, o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e o Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm se tornado cada vez mais populares. Ao navegar por essas plataformas, é comum que os usuários se deparem com postagens sobre transtornos mentais, sendo que estes conteúdos frequentemente são acompanhados de imagens chamativas ou engraçadas (Rodrigues; Morais; Ferreira, 2023).

Essas publicações costumam destacar rapidamente alguns sintomas, o que leva as pessoas a se identificarem com eles e interagir com os conteúdos. Em pouco tempo, começam a surgir mais conteúdos relacionados, e o usuário passa a reconhecer esses sinais em si mesmo e nos outros, como a falta de atenção associada ao TDAH, frequentemente retratada em vídeos na internet. Tais ações podem levar a interpretações errôneas sobre a saúde mental (Rodrigues; Morais; Ferreira, 2023).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais , em sua quinta versão revistada (DSM-5 TR, APA, 2023), o Transtorno do Espectro Autista é caracterizado por um déficit na interação e comunicação social em diversos contextos, com determinados padrões de comportamento, afetando áreas importantes da vida da pessoa. Já o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade é marcado por um padrão de desatenção e/ou hiperatividade e impulsividade, interferindo no desenvolvimento e funcionamento social, acadêmico ou profissional (APA, 2023).

Pensando na popularização que esses transtornos tiveram nas redes sociais, tais critérios diagnósticos nem sempre foram compartilhados de forma ética. Além disso, há pouco reforço à importância da avaliação com um profissional. Em alguns casos, características emocionais e comportamentais que não são necessariamente critérios diagnósticos são incluídas, facilitando a banalização dos transtornos e colaborando com o autodiagnóstico (Lima; Arruda, 2023).

Nesse contexto, Dalgalarondo (2019) apresenta o termo medicalização como o processo pelo qual comportamentos socialmente desviantes passam a ser classificados como doenças ou transtornos mentais, conferindo ao poder médico a autoridade para monitorar, regular e intervir nessas condutas. De acordo com o autor (2019, s/p):

O que está em jogo na crítica que o termo “medicalização” implica é o processo ideológico e político de rotular comportamentos desviantes, moralmente repreensíveis ou mal-adaptados e transgressivos como doença, como transtorno mental, e, assim, monitorar, regular e controlá-los melhor, ou desqualificar as pessoas que recebem tal rótulo.

Dalgalarondo destaca a tendência de transformar experiências humanas em questões patológicas, de modo que comportamentos que se afastam dos padrões socialmente estabelecidos passam a ser interpretados como doença ou transtorno mental. Para ele, tal processo não se limita à ciência ou à medicina, mas envolve a compreensão do ser humano enquanto ser social, sujeito a múltiplos fatores que influenciam o que é considerado “normal” ou “anormal”.

Sob essa ótica, o rótulo médico frequentemente exerce a função de controlar comportamentos, direcionando instituições a intervir na tentativa de corrigir certas condutas, ao mesmo tempo em que estigmatiza e desqualifica os indivíduos que recebem tais classificações (Dalgalarondo, 2019). Essa perspectiva ajuda a compreender fenômenos contemporâneos, como o autodiagnóstico nas redes sociais, em que características comuns do cotidiano passam a ser vistas como sintomas de transtornos, reforçando interpretações equivocadas sobre a saúde mental e a necessidade de intervenções profissionais.

No cenário atual, o autodiagnóstico tornou-se cada vez mais presente, visto que muitas pessoas recorrem a recursos online como uma alternativa rápida para identificar sintomas, condições e terapias antes de buscar um profissional especializado. Entretanto, essa prática pode levar a concepções errôneas, como a interpretação equivocada de sinais de transtornos e o estresse decorrente da autoanálise. Além disso, a falta de precisão e confiabilidade de algumas informações disponíveis online pode resultar em diagnósticos incorretos e decisões terapêuticas inadequadas (Marzal; Caponi, 2025).

Diante disso, é imprescindível investigar o impacto das redes sociais na percepção e no diagnóstico de TDAH e TEA, bem como os possíveis prejuízos decorrentes do autodiagnóstico. Assim, faz-se necessário compreender as consequências dessas práticas, evidenciando e informando a respeito da importância do trabalho da equipe multiprofissional nas avaliações neurológicas, psicológicas e neuropsicológicas.

2 METODOLOGIA

O presente estudo corresponde a uma pesquisa social descritiva de metodologia quantitativa, que foi aplicada por meio da técnica de questionário. De acordo com Gil (1989), a realidade social refere-se a todos os aspectos relativos aos seres humanos e seus relacionamentos com outros seres humanos e instituições sociais. Dessa forma, a pesquisa social busca alcançar novos conhecimentos no que se refere à realidade social.

As pesquisas descritivas buscam realizar a descrição das características de uma população ou fenômeno específico selecionado pelo pesquisador, podendo também estabelecer relações entre variáveis (Gil, 1989). Desta forma, o delineamento da pesquisa caracterizou-se como levantamento,

no qual as informações investigadas são coletadas diretamente com os participantes. Em seguida, foi analisado como esses dados se manifestam em um determinado conjunto de indivíduos, determinando assim a possibilidade de generalização de um comportamento dentro da população representada pela amostra (Calais, 2016). Este levantamento é interseccional, ou seja, realizado apenas em um certo momento. Assim, foi utilizada a técnica de questionário para coleta de dados, com a intenção de alcançar um maior número de participantes.

Segundo Gil (1989), entende-se o questionário como uma técnica de investigação formada por um determinado número de perguntas, a fim de conhecer opiniões, crenças, sentimentos e interesses dos participantes. Essa técnica permite que um número maior de pessoas participe, visto que o questionário pode ser encaminhado também para pessoas que estejam em áreas geograficamente mais distantes. Além disso, os participantes podem participar no momento em que julgarem melhor, pois não há necessidade de agendamento de um horário ou dia específico.

A seleção dos participantes desse estudo foi feita através da amostragem por conveniência, que se refere a uma técnica de amostragem não probabilística e que visa a participação de pessoas prontamente acessíveis e que estejam inseridas nos critérios de inclusão propostos pelo pesquisador, ou seja não há necessidade da realização de uma busca ativa dentro dessa técnica (Campos; Saidel, 2022). A pesquisa foi destinada a pessoas maiores de 18 anos, que possuíam pelo menos um dispositivo móvel com acesso à internet e utilizavam pelo menos uma rede social por, no mínimo, uma hora por dia.

A coleta de dados foi realizada por meio da divulgação de um questionário digital. Desse modo, o questionário foi publicado nas redes sociais WhatsApp e Instagram, visando alcançar um público-alvo maior.

O formulário continha inicialmente um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a leitura e aceite do documento, os participantes eram direcionados às questões sociodemográficas, cujo objetivo era caracterizar os participantes. Concluídas essas questões, iniciavam-se as questões temáticas essenciais para a realização do estudo.

O questionário permaneceu aberto por cinco dias e obteve um total de 113 respostas válidas, considerando apenas os participantes que atendiam aos critérios de inclusão estabelecidos. Esses dados forneceram informações suficientes para a análise e interpretação dos resultados. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos do Centro Universitário ao qual as autoras estão vinculadas, em conformidade com as normas éticas vigentes.

3 RESULTADOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

O questionário sociodemográfico possibilitou a realização da caracterização dos participantes. A Tabela 1 apresenta os dados referentes à idade, e a Tabela 2 representa a identidade de gênero das pessoas que participaram.

Tabela 1 - Idade dos participantes

Idade	Frequência	%
18 a 29 anos	75	66,4%
30 a 60 anos	34	30,1%
61 anos ou mais	4	3,5%
Total	113	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

Tabela 2- Identidade de Gênero dos participantes

Gênero	Frequência	%
Mulher	90	79,6%
Homem	22	19,5%
Pessoa não binária	1	0,9%
Total	113	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

A amostra foi composta predominantemente por jovens adultos: 66,4% ($F=75$) tinham entre 18 e 29 anos, enquanto 30,1% ($F=34$) estavam na faixa de 30 a 60 anos e 3,5% ($F=4$) eram idosos com mais de 61 anos. Quanto ao gênero, a maioria se identificou como mulher (79,6%; $F = 90$), seguida por homem (19,5%; $F=22$) e pessoa não binária (0,9%; $F=1$), sendo que as categorias “mulher” e “homem” incluem pessoas cisgênero e transgênero. A opção “prefiro não responder” não obteve respostas.

Tabela 3 - Nível de Escolaridade dos participantes

Escolaridade	Frequência	%
Ensino Médio Incompleto	1	0,9%
Ensino Médio Completo	13	11,5%
Ensino Superior Incompleto	48	42,5%

Ensino Superior completo	29	25,7%
Pós-Graduação	22	19,5%
Total	113	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

Em relação à escolaridade dos participantes, observa-se na Tabela 3 que 0,9% ($F=1$) tinham ensino médio incompleto e 11,5% ($F=13$) concluíram o ensino médio. Além disso, 42,5% ($F=48$) possuíam ensino superior incompleto, 25,7% ($F=29$) concluíram o ensino superior e 19,5% ($F=22$) realizaram pós-graduação

Tabela 4 - Renda familiar mensal dos participantes

Renda	Frequência	%
Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.518,00)	8	7,1%
De 1 a 2 salários mínimos (R\$ 1.518,01 a R\$ 3.036,00)	16	14,2%
De 2 a 3 salários mínimos (R\$ 3.036,01 a R\$ 4.554,00)	26	23%
De 3 a 5 salários mínimos (R\$ 4.554,01 a R\$ 7.590,00)	29	25,7%
De 5 a 6 salários mínimos (R\$ 7.590,01 a R\$ 9.108,00)	11	9,7%
Acima de 6 salários mínimos (mais de R\$ 9.108,00)	23	20,4%
Total	113	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

No que se refere à renda familiar mensal, a Tabela 4 demonstra que, 7,1% ($F=8$) recebiam até R\$ 1.518,00; 14,2% ($F=16$) entre R\$ 1.518,01 e R\$ 3.036,00; e 23% ($F=26$) de R\$ 3.036,01 a R\$ 4.554,00. Já 25,7% ($F=29$) recebiam entre R\$ 4.554,01 e R\$ 7.590,00; 9,7% ($F=11$) entre R\$ 7.590,01 e R\$ 9.108,00; e 20,4% ($F=23$) acima de R\$ 9.108,00.

Tabela 5- Distribuição dos participantes por estado de residência

Estado	Frequência	%
Bahia	1	0,9%
Mato Grosso	1	0,9%
Minas Gerais	3	2,7%

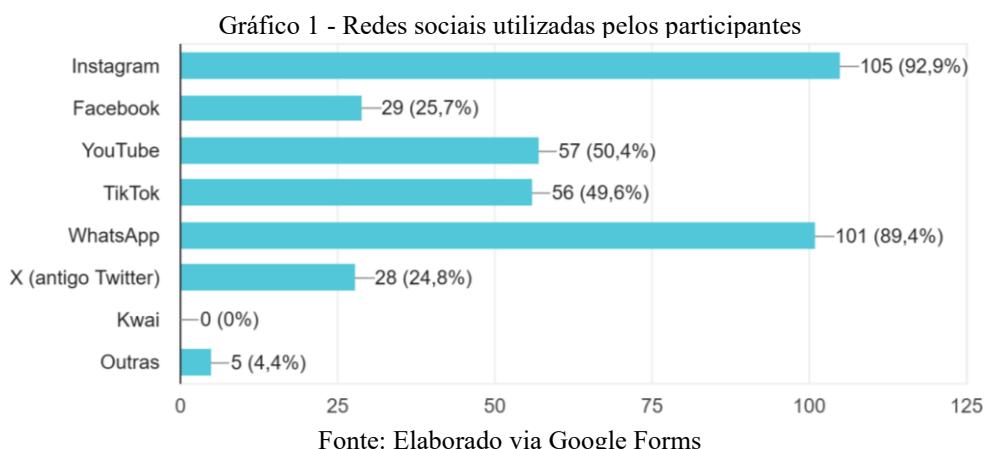
Pará	1	0,9%
Paraná	2	1,8%
Rio de Janeiro	1	0,9%
Rio Grande do Sul	1	0,9%
Santa Catarina	1	0,9%
São Paulo	102	90,3%
Total	113	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

Por fim, na Tabela 5 é apresentada a localização dos participantes, a maioria residia no estado de São Paulo (90,3%; F=102). Participantes dos estados de Minas Gerais (2,7%; F=3) e Paraná (1,8%; F=2) também foram identificados, além de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pará, Mato Grosso e Bahia, cada um com 0,9% (F=1).

3.2 PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES

Após as questões sociodemográficas, os participantes seguiam para as perguntas temáticas que eram fechadas. Nesse sentido, em um primeiro momento foi questionado a respeito das redes sociais utilizadas pelos respondentes. O Gráfico 1 apresenta o percentual de respostas dos participantes.

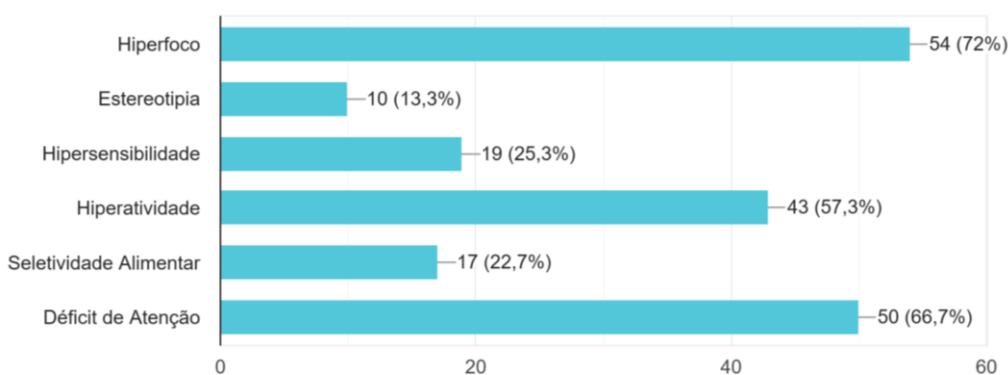


Os dados revelam que o Instagram é a rede social mais utilizada, acessada por 92,9% dos participantes (F=105), seguido pelo WhatsApp, utilizado por 89,4% (F=101). O YouTube foi citado por 50,4% (F=57) e o TikTok por 49,6% (F=56). O Facebook foi mencionado por 25,7% (F=29) e a rede social X por 24,8% (F=28). Outros aplicativos foram relatados por 4,4% dos participantes (F=5), e nenhum declarou utilizar o Kwai.

No que se refere ao autodiagnóstico de TDAH e TEA a partir das redes sociais, 59,3% dos participantes ($F=67$) relataram não se autodiagnosticar, enquanto 40,7% ($F=46$) afirmaram realizar o autodiagnóstico. Quanto ao uso de termos associados a esses transtornos, como hiperfoco, hiperatividade, estereotipia, hipersensibilidade, seletividade alimentar e déficit de atenção, 67,3% dos participantes que responderam sim à pergunta anterior ($F=76$) relataram ter auxiliado no processo de diagnóstico, ao passo que 32,7% ($F=37$) afirmaram não fazer uso desses termos.

O Gráfico 2, a seguir, indica quais termos são utilizados pelos respondentes em seu cotidiano.

Gráfico 2 - Termos utilizados pelos participantes no cotidiano



Fonte: Elaborado via Google Forms

A partir do Gráfico 2 pode-se verificar que entre os termos mais utilizados pelos participantes, que são associados ao TDAH e TEA, tem-se o hiperfoco (72%, $F=54$), déficit de atenção (66,7%, $F=50$) e hiperatividade (57,3%, $F=43$). Deste modo, verifica-se que embora a maior parte dos respondentes tenha indicado que não realizou um autodiagnóstico a partir das redes sociais, ainda assim a maioria faz uso de termos associados a sintomas destes transtornos do neurodesenvolvimento.

Em relação ao uso das informações sobre TDAH ou TEA, disponíveis nas redes sociais, 98,2% ($F=111$) acreditam que tais conteúdos não são suficientes para realizar seu autodiagnóstico ou o de outra pessoa. Entretanto, 1,8% ($F=2$) indicaram acreditar na suficiência dos conteúdos divulgados. Verifica-se, portanto, que há um baixo percentual de participantes que comprehende que os dados disponíveis nas redes sociais são suficientes para o diagnóstico, mas, apesar disso, há um número bem maior que reconhece que realizou o autodiagnóstico a partir destas informações.

No tocante à realização de uma avaliação multiprofissional para investigar TDAH ou TEA, 99,1% ($F=112$) dos participantes consideram importante realizar esse processo. 0,9% ($F=1$) indicaram nunca ter ouvido falar sobre avaliação multiprofissional.

Tabela 6- Verificação da credibilidade das informações sobre TDAH e TEA nas redes sociais

Você costuma questionar a credibilidade das informações sobre TDAH ou TEA que encontra nas redes sociais?	Frequência	%
Sim, sempre verifico as fontes e procuro diferentes opiniões	70	61,9%
Às vezes, mas nem sempre	40	35,4%
Não, eu confio na maioria das informações que vejo	3	2,7%
Total	113	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

A Tabela 6 apresenta os resultados referentes à verificação da credibilidade das informações compartilhadas nas Redes Sociais. Sobre a veracidade das postagens divulgadas a respeito do TDAH e TEA nas redes sociais, 61,9% ($F=70$) alegam sempre verificar as fontes e procurar por diferentes opiniões, 35,4% ($F=40$) consultam apenas algumas vezes e 2,7% ($F=3$) não verificam, apenas confiam nas informações que aparecem.

A respeito do impacto do autodiagnóstico de TDAH ou TEA, realizado com base em conteúdos encontrados nas redes sociais, 95,6% ($F=108$) dos participantes relataram que essa prática pode aumentar sentimentos de ansiedade ou frustração, enquanto 4,4% ($F=5$) consideraram que não gera problemas nesse sentido.

Tabela 7- Influência das redes sociais na interpretação de comportamentos

Você acredita que a exposição constante a conteúdos sobre TDAH e TEA nas redes sociais pode levar a ver comportamentos cotidianos como sintomas (como ser distraído ou ter dificuldade em organizar tarefas)?	Frequência	%
Sim, isso pode gerar uma visão distorcida sobre esses transtornos, fazendo com que comportamentos comuns sejam vistos como sintomas	101	89,4%
Não, os conteúdos ajudam as pessoas a entender melhor os transtornos e seus sintomas reais	12	10,6%
Total	113	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

Em relação à percepção sobre o impacto da exposição constante a conteúdos sobre TDAH e TEA nas redes sociais, a Tabela 7 demonstra que 89,4% ($F=101$) dos participantes acreditaram que isso pode gerar uma visão distorcida sobre esses transtornos, fazendo com que comportamentos cotidianos sejam interpretados como sintomas. Já 10,6% ($F=12$) consideraram que os conteúdos ajudam as pessoas a compreender melhor os transtornos e seus sintomas reais.

Quando questionados sobre o contato com conteúdos que representem o TDAH ou TEA de forma engraçada ou como piada, 39,8% ($F=45$) dos participantes relataram ver esse tipo de conteúdo com frequência, enquanto 47,8% ($F=54$) afirmaram ter contato com esse conteúdo apenas algumas vezes e 12,4% ($F=14$) dos respondentes declararam nunca terem visto conteúdos desse tipo. No que diz respeito à percepção sobre a seriedade do TDAH e do TEA nas redes sociais, 91,2% dos participantes ($F=103$) consideraram que as pessoas não compreendem a seriedade desses transtornos, enquanto 8,8% ($F=10$) acreditaram que as pessoas estão cientes da sua seriedade.

Por último, referente ao trabalho do psicólogo e o impacto das redes sociais ao valor atribuído a este profissional, 82,3% ($F=93$) indicaram crer que as redes sociais levam à desvalorização do trabalho do psicólogo, enquanto 11,5% ($F=13$) acreditam que as redes sociais valorizam esse trabalho e 6,2% ($F=7$) entendem que não há impacto algum em relação ao valor atribuído no trabalho do psicólogo.

4 DISCUSSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o impacto das redes sociais na percepção e no diagnóstico de TDAH e TEA, bem como os possíveis prejuízos do autodiagnóstico. A análise considera como os conteúdos publicados nas redes sociais influenciam o autodiagnóstico desses transtornos, a prevalência desses conteúdos entre os usuários e os impactos na saúde mental desses indivíduos.

Nesse contexto cabe analisar primeiramente o perfil dos participantes, a começar pela faixa etária, observando-se que a maior parte dos participantes, 66,4%, possuem de 18 a 29 anos, enquanto o menor público, 3,5%, possui 61 anos ou mais. De acordo com os dados da PNAD, entre as pessoas que não acessam a internet, 73,4% explicam que não o fizeram devido à falta de instrução ou à baixa escolaridade, especialmente ensino fundamental incompleto, e 52,1% possuíam 60 anos ou mais (IBGE, 2025b).

Assim, a baixa participação de pessoas com 61 anos ou mais pode ser explicada pela dificuldade de acesso à internet e às redes sociais, associada a menor familiaridade com dispositivos móveis e aplicativos. Em contrapartida, a população de 18 a 19 anos apresenta maior exposição às tecnologias, visto que os respondentes nesta faixa etária nasceram quando a Internet começou a ser implementada no Brasil (Lins, 2013).

Acrescenta-se que, nesta pesquisa, não houve participantes com ensino fundamental completo ou incompleto, e apenas 0,9% não concluiu o ensino médio. A maioria, 42,5% possui ensino superior incompleto, enquanto 25,7% concluíram a graduação e 19,5% finalizaram a pós-graduação. Em relação ao uso da internet por escolaridade, cerca de 98,2% dos usuários são alunos do ensino superior

ou da pós-graduação, incluindo instituições públicas e privadas, o que pode justificar os dados obtidos nesta pesquisa (IBGE, 2025b).

A questão de gênero apresentou uma diferença nos resultados quando comparado aos dados do PNAD, visto que 79,6% dos participantes são mulheres, 19,5% são homens e 0,9% se identifica como pessoa não binária. Os dados do PNAD apontam que não há grande diferença no acesso à internet entre os gêneros: 89,9% dos usuários são mulheres e 88,4% são homens, destacando-se uma diferença pequena se comparada à disparidade de acesso observada entre os diferentes níveis de escolaridade (IBGE, 2025b). A diferença de participação entre homens e mulheres nesta pesquisa pode estar relacionada ao maior interesse das mulheres pela temática investigada.

A última divulgação do IBGE (2025c) demonstrou que a renda domiciliar per capita no Brasil é, em média, R\$2.069,00. Entre os participantes desta pesquisa, 25,7% possuem uma renda familiar mensal entre R\$4.554,01 e R\$7.590,00, enquanto o menor resultado foi observado entre aqueles que recebem até R\$1.518,00, correspondendo a 7,1%.

Destaca-se também uma proporção significativa de participantes (20,4%) com renda familiar mensal superior a R\$9.108,00. Tendo isso em vista, nota-se que a maioria dos participantes possui rendas familiares mais altas, indicando que o acesso à internet e a dispositivos móveis é menor nas famílias com rendas mais baixas, reforçando a desigualdade social brasileira. Apesar disso, também é preciso refletir se nas populações com renda familiar mais elevada pode ter havido um maior interesse em participar da pesquisa. Neste sentido, considerando o menor acesso das populações de baixa renda aos serviços de saúde mental no país, pode-se inferir que este grupo tem uma menor familiaridade com a temática da pesquisa.

Acerca da localização, é interessante ressaltar que as regiões brasileiras que dispõem de mais domicílios com internet são o Sul, com 82% das residências, e o Sudeste, com 81% (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2025). Nas respostas fornecidas, 97,5% dos participantes habitam em ambas as regiões mencionadas, evidenciando o dado apresentado. Outro ponto a se considerar é que há mais respostas do estado de São Paulo (90,3%), possivelmente, por ser o estado de residência das pesquisadoras e a localidade de onde se divulgou a pesquisa. Apesar disso, foi possível obter quase 10% de respostas de outros estados, o que contribuiu para a pluralidade da amostra e ressalta que a utilização do questionário online foi pertinente para o objetivo do trabalho.

A partir da caracterização dos participantes, inicia-se a análise dos resultados obtidos nas questões temáticas. Assim, buscou-se identificar percepções e comportamentos relacionados ao uso das redes sociais e ao autodiagnóstico de TDAH e TEA.

Considerando a principal finalidade da internet para os usuários, cerca de 88,5% a utilizam para assistir a vídeos, enquanto 84,2% a utilizam para acessar redes sociais (IBGE, 2025b). Esses dados são consistentes com os resultados deste estudo, em que os participantes relataram utilizar principalmente redes sociais, sendo as mais citadas: WhatsApp, Instagram, YouTube e TikTok. O WhatsApp destaca-se pela função de encaminhamento de mensagens e compartilhamento de mídias com contatos, enquanto as demais plataformas concentram-se em conteúdos midiáticos, corroborando os dados do IBGE sobre os principais usos da internet.

Segundo os dados deste estudo, 40,7% dos participantes relataram realizar autodiagnóstico de TDAH ou TEA nas redes sociais, e 67,3% afirmaram utilizar termos relacionados a esses transtornos, como hiperfoco, déficit de atenção e hiperatividade. Os resultados ilustram a lógica descrita por Amici (2023), que aponta que o autodiagnóstico reforça a busca por um diagnóstico pessoal, organizado conforme a racionalidade neoliberal, que responsabiliza o indivíduo por sua saúde e minimiza fatores sociais que possam influenciar seus sintomas.

Dessa forma, a pessoa tende a focar apenas em si, buscando explicações para o que sente por meio de diagnósticos, como TDAH, no caso de dificuldades de atenção e agitação, ou TEA, diante de desafios com habilidades sociais e apego à rotina. Essa lógica faz com que o contexto social, que também pode impactar o comportamento, seja muitas vezes ignorado, reforçando uma visão patologizante e individualizada dos sintomas.

Nesse sentido, 89,4% dos participantes relataram que a exposição constante a conteúdos sobre TDAH e TEA nas redes sociais pode gerar interpretações distorcidas, levando a que comportamentos cotidianos sejam interpretados como sintomas, enquanto apenas 10,6% consideraram que esses conteúdos ajudam a compreender melhor os transtornos e seus sintomas reais. Os dados obtidos evidenciam como a sobrecarga de informações e a forma superficial com que esses transtornos são apresentados podem intensificar a busca por autodiagnósticos e reforçar leituras equivocadas ou simplistas do comportamento humano.

Pensando a respeito de como os conteúdos voltados ao TDAH e TEA são divulgados, Amici (2023) descreve que, nas redes sociais, é comum encontrar vídeos sobre transtornos mentais que apresentam listas de sintomas nem sempre fundamentadas em bibliografia acadêmica, retratando os fenômenos psíquicos como se fossem simples, claramente perceptíveis e tratáveis.

As informações obtidas sustentam a observação do autor: 39,8% dos participantes relataram ver com frequência conteúdos em que TDAH ou TEA são representados de forma engraçada ou como piada, enquanto 47,8% afirmaram ter contato com esse tipo de conteúdo apenas algumas vezes, e 12,4% declararam nunca ter visto conteúdos desse tipo. Tais números indicam que a divulgação nas

redes sociais tende a simplificar e banalizar esses transtornos, desconsiderando sua complexidade e a realidade vivida por muitas pessoas diagnosticadas.

Amici (2023) aponta que tanto os discursos psiquiátricos, como os presentes no DSM, quanto às representações de diagnósticos nas redes sociais tendem a generalizar e simplificar os transtornos, desconsiderando as particularidades individuais. Nas redes, essas descrições muitas vezes não têm fundamentação científica e são produzidas para gerar engajamento, curtidas e compartilhamentos, mobilizando o público de forma imediata. Esse tipo de narrativa influencia a maneira como o sofrimento é percebido e descrito, refletindo uma lógica de reprodução do capital, nesse caso curtidas, visualizações, seguidores e publicidades, característica da contemporaneidade.

Ao responderem sobre a percepção da seriedade do TDAH e do TEA nas redes sociais, 91,2% dos participantes perceberam que os usuários não compreendem a seriedade desses transtornos, enquanto 8,8% consideraram que as pessoas têm ciência sobre a gravidade do assunto. Dessa forma, os diagnósticos são apresentados de maneira objetivante e universalizante, sem compreender as particularidades de cada indivíduo - o que também ocorre nos manuais psiquiátricos. Ainda, o uso do humor e da ironia contribui para que os consumidores destes conteúdos não percebam a gravidade dos quadros e os minimizem quando se deparam com os transtornos na realidade, deixando de buscar ajuda, quando apresentam o quadro, ou sendo menos empáticos com aqueles que foram diagnosticados.

Quando se pensa no uso das informações disponibilizadas nas redes sociais, principalmente relacionadas ao TDAH e TEA, é necessário refletir que esse conteúdo poderá vir a auxiliar na desconstrução de estigmas relacionados aos transtornos, como também acentuar possíveis rótulos já existentes, partindo, essencialmente, da maneira que essa informação é transmitida (Lima; Arruda, 2023).

No que se refere a informações para diagnóstico, quase todos os participantes (98,2%) consideram que as informações encontradas nas redes sociais não servem para realizar um autodiagnóstico, mas 1,8% apontou confiar nesses dados para se autodiagnosticar. Esse dado pode ser entendido a partir da ideia de que algumas pessoas buscam tais fatos a partir de conteúdos que fornecem respostas rápidas, ao tempo que imaginam estar se aprofundando na temática a partir desses materiais midiáticos (Marzal; Caponi, 2025).

No que tange à credibilidade desses conteúdos, considera-se que a verificação das informações encontradas virtualmente é uma habilidade digital que 52% dos brasileiros realizam (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2025), o que também foi identificado nesta pesquisa, visto que 61,9% alegaram sempre checar a veracidade das informações encontradas nas redes sociais sobre TDAH e TEA. Entretanto, tendo em conta que 35,4% indicaram consultar algumas vezes e 2,7%

apontaram não verificarem nada, reflete-se sobre o meio de acesso a tais informações, pois há uma menor suscetibilidade na verificação de fatos e suas determinadas fontes quando o celular é o meio principal de se receber ou consultar essas informações (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2025).

É importante ressaltar que a prática do autodiagnóstico pode despertar diferentes sentimentos relacionados a partir da compreensão de um possível diagnóstico, como o aumento de estresse e sintomas ansiosos (Koltermann, 2024). Concomitante a isso, 95,6% dos participantes declararam acreditar que o autodiagnóstico pode desencadear o aumento da ansiedade e também da frustração.

Assim, ressalta-se a importância de buscar o auxílio adequado para a identificação de um suposto transtorno, com profissionais preparados e qualificados para investigar a hipótese pensada e garantir o cuidado necessário à pessoa (Koltermann, 2024). À vista disso, em relação à avaliação multiprofissional, 99,1% entendem esse processo como algo importante para a investigação do diagnóstico de TDAH ou TEA. Porém, mesmo reconhecendo a importância da avaliação, ainda há uma parcela significativa que pratica o autodiagnóstico, como já mencionado anteriormente. Esse movimento pode ser entendido partindo do ponto de que, na percepção das pessoas, há uma simplificação do processo de diagnóstico, onde reconhece-se a importância de uma avaliação multiprofissional, mas a necessidade dela acaba sendo ignorada (Marzal; Caponi, 2025).

Por fim, a presença dos conteúdos de saúde mental em redes sociais, apresentados por psicólogos, também gera um impacto no valor atribuído ao trabalho desse profissional. Para 82,3%, as redes sociais desvalorizam esse trabalho, o que para Simião *et al.* (2024) está ligado com o fato de que se tornou frequente a produção de conteúdos, feitos por psicólogos, que abordem sobre, por exemplo, técnicas e dicas para relaxar, controlar a ansiedade ou até mesmo a identificação de transtornos, como visto neste trabalho, gerando então uma certa banalização dos saberes compartilhados por este profissional.

5 CONCLUSÃO

Nas redes sociais, encontram-se muitas informações sobre saúde mental e, principalmente, sobre transtornos mentais, facilitando o acesso aos critérios diagnósticos que, nem sempre, são apresentados de forma correta, coerente ou ética, além de ignorar a necessidade de uma avaliação psicológica profissional mesmo considerando-a importante. Tais espaços acabam por promover o autodiagnóstico, contribuindo com a estigmatização de transtornos, simplificação e banalização dos critérios diagnósticos e causando estresse ao sujeito que se autodiagnosticava.

As publicações e compartilhamentos de conteúdos sobre TDAH e TEA nas redes sociais podem impactar a saúde mental, especialmente quando as informações divulgadas não consideram as particularidades de cada indivíduo, limitando-se a sintomas generalizados. Com o acesso a esses conteúdos, o autodiagnóstico tem se tornado cada vez mais comum, funcionando como uma tentativa de o indivíduo nomear e compreender seus sintomas. Entretanto, essa prática pode gerar prejuízos à saúde mental, ao patologizar costumes, culturas e comportamentos cotidianos.

A repercussão do autodiagnóstico torna-se evidente quando a maioria das pessoas participantes deste estudo utiliza termos técnicos, como hiperfoco, hiperatividade, estereotipia, hipersensibilidade, seletividade alimentar e déficit de atenção, para nomear comportamentos cotidianos. Isso demonstra tanto a disseminação quanto o acesso a informações, ainda que muitas vezes descontextualizadas.

Embora a maioria reconheça a importância de uma avaliação multiprofissional com psicólogos, neuropsicólogos, psiquiatras, neurologistas, terapeutas ocupacionais e outros especialistas, observa-se que, na prática, tal ação não é realizada. Assim, o autodiagnóstico baseado em informações obtidas nas redes sociais permanece prevalente, e um número considerável de pessoas continua recorrendo a essa prática.

Nesse sentido, o autodiagnóstico pode contribuir para sentimentos de frustração e ansiedade, já que não há garantias quanto à forma como os indivíduos interpretarão os dados consumidos, podendo ocorrer má interpretação das informações lidas. Além disso, muitas pessoas não verificam a veracidade das informações que consomem e compartilham.

Quase a totalidade dos participantes, destacou que a forma como as informações sobre TDAH e TEA são transmitidas nas redes sociais compromete a compreensão da seriedade desses transtornos, atribuindo-lhes, muitas vezes, um caráter cômico ou de entretenimento. Outro ponto relevante é a desvalorização do trabalho do psicólogo: com o acesso facilitado a conteúdos e a prática do autodiagnóstico, a consulta profissional tende a parecer desnecessária, e a atuação do psicólogo passa a ser incompreendida.

Diante disso, em meio ao crescimento da tecnologia, entende-se que é praticamente inevitável o acesso a tais conteúdos. No entanto, o consumo de informações sobre TDAH, TEA e outros transtornos nas redes sociais deve ser feito com cautela, verificando principalmente a credibilidade das fontes, a formação de quem divulga os conteúdos e se se trata de especialistas qualificados.

Ressalta-se, por fim, a importância da avaliação multiprofissional para a confirmação de diagnósticos, evitando equívocos que podem comprometer a saúde mental e a qualidade de vida das pessoas. Além disso, há poucas pesquisas sobre a relação entre psicologia, saúde mental, tecnologia e

redes sociais, sendo necessários novos estudos para aprofundar a temática e ampliar a compreensão sobre esses impactos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

AMICI, H. G. Discursos sobre diagnósticos psiquiátricos em redes sociais virtuais: o incomensurável de si em tempos de positividade. 2023. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-graduação em Psicologia Escola e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-09042024-170338/publico/Dissertacao_Horacio_Goes_Amici_Corrigida.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

CALAIS, S. L. Delineamento de levantamento ou survey. In: BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2016. p. 105-114. Acesso em: 28 mar. 2025.

CAMPOS, C. J. G.; SAIDEL, M. G. B. Amostragem em investigações qualitativas: conceitos e aplicações ao campo da saúde. Revista Pesquisa Qualitativa, v. 10, n. 25, p. 404-424, 2022. Acesso em: 07 mar. 2025.

DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GARTON, L.; HAYTHORNTHWAITE, C.; WELLMAN, B. Studying Online Social Networks. Journal of Computer-Mediated Communication, ed. 1, v. 3, jul. 1997. Disponível em: <https://academic.oup.com/jcmc/article/3/1/JCMC313/4584354?login=false>. Acesso em: 25 fev. 2025.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Internet chega a 74,9 milhões de domicílios do país em 2024. Agência IBGE Notícias, 24 jul. 2025a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44031-internet-chega-a-74-9-milhoes-de-domiciliros-do-pais-em-2024>. Acesso em: 12 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pela primeira vez, mais da metade da população acessa a internet pela TV. Agência IBGE Notícias, 24 jul. 2025b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44033-pela-primeira-vez-mais-da-metade-da-populacao-acessa-a-internet-pela-tv>. Acesso em: 12 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2024. Diretoria de Pesquisas, 2025c. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3100/rdpc_2024.pdf. Acesso em: 25 set. 2025.

KOLTERMANN, G. Autodiagnóstico em saúde mental pela internet por ocasionar problemas. Jornal da Universidade: UFRGS, Rio Grande do Sul, 20 jun. 2024. Bem-estar. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/autodiagnostico-em-saude-mental-pela-internet-pode-ocasionar-problemas>. Acesso em: 25 set. 2025.

LIMA, L. S. M.; ARRUDA, A. B. Psicólogos no Instagram: a abordagem de transtornos mentais e a patologização da vida neste espaço. Revista Diálogo e Interação, v. 17, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.revista.faccrei.edu.br/revista-dialogo-e-interacao/article/view/183/123>. Acesso em: 23 mar. 2025.

LINS, B. F. E. A evolução da Internet: uma perspectiva histórica. Cadernos Aslegis, v. 48, p. 11-45, 2013. Disponível em: http://www.belins.eng.br/ac01/papers/aslegis48_art01_hist_internet.pdf Acesso em: 12 set. 2025.

MARZAL, J.; CAPONI, S. A psiquiatrização da vida cotidiana e a construção de neuroidentidades virtuais. Revista TOMO, v. 44, e. 21851, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Sandra-Caponi/publication/387720309_A_psiquiatrizacao_da_vida_cotidiana_e_a_construcao_de_neuroidentidades_virtuais/links/67794ea5e74ca64e1f4ba45c/A-psiquiatrizacao-da-vida-cotidiana-e-a-construcao-de-neuroidentidades-virtuais.pdf. Acesso em: 24 abr. 2025.

MORAIS, R. K. Autodiagnóstico e os fenômenos das redes sociais. Anais do Salão de Iniciação Científica Tecnológica ISSN-2358-8446, 2023. Disponível em: <https://www.phantomstudio.com.br/index.php/sic/article/view/2787> Acesso em: 10 abr. 2025.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2024. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2025. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20250512120132/tic_domicilios_2024_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 25 set. 2025.

PACETE, L. G. Brasil é o terceiro país que mais consome redes sociais em todo o mundo. Forbes Brasil, 9 mar. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/03/brasil-e-o-terceiro-pais-que-mais-consome-redes-sociais-em-todo-o-mundo/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SALGADO, E.; REZENDE, M. A.; REIS, F. F. S. O autodiagnóstico dos transtornos psiquiátricos nas redes sociais. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Anápolis. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/18410>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SIMIÃO, E. C. S. et al. A banalização da psicologia nas redes sociais: o impacto da tecnologia no saber fazer do psicólogo. Rev. Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 5, p. 2388-2396, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13869>. Acesso em: 26 set. 2025.

VASCONCELOS, F. A.; BRANDÃO, F. H. V. As redes sociais e a evolução da informação no século XXI. Revista Direito e Desenvolvimento, v. 4, n. 7, p. 125-144, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesarrollo/article/view/225/207>. Acesso em: 18 fev. 2025.

VELOSO, A. C. Brasil é o terceiro país que mais consome redes sociais. O Globo, Rio de Janeiro, 26 mar. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2023/03/brasil-e-o-terceiro-pais-que-mais-consome-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 25 fev. 2025.

ZENHA, L. Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam? Caderno de Educação, n. 49, v. 1, p. 19-42, 2018. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/cadernodeeducacao/article/download/2809/1541>. Acesso em: 25 fev. 2025.